# PSICOLOGIA E VIDA URBANA NO BRASIL

**Cláudia Aline Soares Monteiro**[1]

**RESUMO:** Este artigo é um ensaio reflexivo acerca da produção de conhecimentos da Psicologia brasileira sobre a vida urbana. Conhecer como uma cidade pode ser um fator de prazer e/ou sofrimento para seus habitantes pode ser algo muito útil para ações de promoção de saúde e qualidade de vida sobre, por exemplo: modos e meios de vida urbana, implicações psicossociais da vida urbana, mobilidade urbana, trânsito e transporte, implicações da vida urbana para o desenvolvimento humano, questões socioambientais, saúde comunitária. E podemos concluir que já temos, nesses 58 anos de regulamentação da profissão de psicóloga/o no Brasil, uma Psicologia implicada ético-politicamente e com expertise para trabalhar com questões relacionadas à vida nas nossas cidades. Psicólogas/os podem e devem compor equipes multiprofissionais de planejamento e gestão de cidades, uma vez que, não há nada nas questões urbanas que não impliquem em questões humanas ou, sendo ainda mais direta, psicológicas.

**Palavras-chave:** Psicologia Urbana. Vida urbana. Cidade.

## INTRODUÇÃO

> ***Eu amo a rua.*** *Esse sentimento de natureza toda íntima não vos seria revelado por mim se não julgasse, e razões não tivesse para julgar, que este amor assim absoluto e assim exagerado é partilhado por todos vós. (RIO, 2008, p. 28).*
> *Balzac dizia que as ruas de Paris nos dão impressões humanas. São assim as ruas de todas as cidades, com vida e destino iguais aos do homem. (RIO, 2008, p. 33).*

Como João do Rio, ou João Paulo Alberto Coelho Barreto (1881-1921), jornalista e escritor carioca do início do século XX, eu também amo a rua e também entendo que as cidades compartilham vida e destino de seus viventes, de suas pessoas. Já somos muitas/os a viver esse habitar urbano, de buscas e encontros em ruas, entre ruas. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2013), mais de 50% da população mundial vive em áreas urbanas, havendo uma estimativa de aumento para 70% até 2050. E não é possível pensar uma população sem pensar seus lugares, suas cidades cheias de vida.

Atualmente, uma boa parte (85,6%, segundo o IBGE, 2014) dos brasileiros vive nas cidades, fazendo com que os fenômenos da vida urbana sejam desafios constantes para a Psicologia, como ciência e como profissão, em todas as suas áreas. Em nossa atuação clínica, por exemplo, aparecem os sofrimentos (como depressão, ansiedade, Transtorno de Estresse

[1] Doutora em Psicologia, Universidade Federal do Maranhão. E-mail: casmonteiro@ufma.br.

Pós-Traumático, entre outros) evidentemente relacionados a questões como relações intergrupais, violência, lazer, trabalho e emprego, mobilidade, infraestrutura de serviço local, entre outras. Essas questões podem não ser centrais no sofrimento individual, mas, sem dúvida, são, na menor das participações, potencializadoras. Na Psicologia Social, seja na ênfase mais psicológica ou na mais sociológica, a cidade aparece como personagem nas várias histórias de pessoas que habitam, trabalham e interagem em variados contextos urbanos. Nos diversos arranjos espaciais urbanos é que a subjetividade humana vai sendo construída. É interessante ver o quanto parecemos com nossos lugares no momento em que espaços nos são significativos, estebelecendo uma relação de reciprocidade pessoa-ambiente, como concebe a Psicologia Ambiental, preocupada em como interagimos com ambientes físicos, naturais ou construídos. Brofenbrenner (2011), com seus experimentos ecológicos nos EUA, é um ótimo exemplo de uma Psicologia que considera a cidade, com seus arranjos físicos, como um importante elemento de desenvolvimento humano.

É possível perceber várias produções da Psicologia brasileira nesse movimento em direção à compreensão da vida nas cidades como constituinte da subjetividade de seus habitantes. Porém, talvez, a única área que se identifica claramente como uma Psicologia Urbana é a Psicologia Ambiental, em uma discussão específica sobre ambiente físico, entendido na sua relação com o social, obviamente. As outras produções da Psicologia sobre (ou que consideram fortemente) a vida nas cidades brasileiras não estão mapeadas de forma clara e didática, de modo a propiciar uma formação em Psicologia mais sistematizada no assunto, ou mesmo embasar mais pontualmente a atuação de psicólogos diante das diversas demandas urbanas, como desastres, promoção de saúde e cidadania comunitárias, segurança e desenvolvimento de crianças e adolescentes, entre outras.

Como formadora em Psicologia, concordo com Stanley Milgram (BLASS, 2005), para quem a Psicologia Urbana deveria compor (a meu ver, transversalmente) a formação de psicólogos, uma vez que há aspectos do comportamento humano que diferem em função até do tamanho de uma cidade. Assim, este texto objetiva ser um ensaio reflexivo acerca da produção de conhecimentos da Psicologia brasileira sobre a vida urbana nas últimas décadas, comentando, de modo ilustrativo, alguns dados de uma pesquisa bibliográfica de mapeamento da Psicologia Urbana brasileira (MONTEIRO, 2017), de minha autoria e responsabilidade docente, entre os anos de 1995 e 2016 (MONIZ, 2017; RODRIGUES, 2017), com algumas interessantes considerações históricas (PEREIRA, 2017).

## 1 REFLEXÕES SOBRE UMA PSICOLOGIA URBANA

> *Oh! Sim, as ruas têm alma! Há ruas honestas, ruas ambíguas, ruas sinistras, ruas nobres, delicadas, trágicas, depravadas, puras, infames, ruas sem história, ruas tão velhas que bastam para contar a evolução de uma cidade inteira, ruas guerreiras, revoltosas, medrosas, spleenéticas, snobs, ruas aristocráticas, ruas amorosas, ruas covardes, que ficam sem pinga de sangue... (RIO, 2008, p. 34).*
> *As cidades representam o alvorecer e o ocaso de civilizações: ali acontecem os contatos e as trocas. São fontes profícuas da fantasia: a imagem da cidade – usualmente – emerge como ingresso de mundos. Por cobiça, muitas são invadidas; por fé, multidões para elas se vão; por prazer, hordas de turistas atravessam muros circundantes que não mais existem. Hedonismo e ameaça. (MEDEIROS, 2013, p. 50-51).*

As ruas têm alma e a cidade emerge como ingresso de mundos, que interessam, e tem que interessar, à Psicologia, como ciência e profissão. As condições de vida urbana aparecem no prazer e sofrimento dos habitantes de nossas cidades nos mais diversos contextos de atuação da Psicologia. Quando atuamos em projetos de Psicologia Social Comunitária com pessoas idosas, indicamos que essas participem mais de atividades grupais, tornando-se mais dinâmicas, o que influencia positivamente a sua saúde física e mental. Porém, na maioria das vezes, a cidade, com seus problemas de trânsito e transporte, dificulta a mobilidade de pessoas com alguma dificuldade percepto-motora, como é o caso de muitas/os idosas/os, que tem que enfrentar um trânsito que não é planejado para elas/es (MONTEIRO; CRUZ; CARVALHO, 2006). O desenvolvimento das crianças e adolescentes também parece sofrer significativas influências dos contextos urbanos, e é preciso considerar isso quando nos deparamos com demandas do desenvolvimento humano. Os experimentos ecológicos de Urie Bronfenbrenner (BRONFENBRENNER, 2011) demonstram brilhantemente isso: cenários urbanos para o curso da vida humana e seus embates, suas vivências. Para Simmel (1979), "É função da metrópole fornecer a arena para este embate e a reconciliação dos combatentes" (p. 25). Leitão (2011), analisando as ideias do autor, afirma que:

> Em termos psíquicos, a cidade de Simmel é, pois, um ambiente socioespacial onde o sujeito parece não se reconhecer, onde o sentimento de origem, de pertencimento, se esvai desorganizando o indivíduo, tanto e em tal medida que "ninguém se sente tão só e abandonado como na multidão da grande cidade" (LEITÃO, 2011, p. 465).

De acordo com Leitão (2011), a cidade surge na obra de Simmel como o lugar do desamparo, da perda, do estranhamento e, por mais que ele registre aspectos positivos da vida

urbana, esta já era considerada emocionalmente difícil nos idos 1903. Simmel falava em "excitação da vida mental", o que nas cidades brasileiras, como aconteceu antes nas estadunidenses, "deu lugar à "irritação descontrolada" do motorista estressado" (FREITAG, 2012, p. 132) na virada do século XX para o XXI, e lá se foi o *flâneur*, o passeante. Nada de calçadas, apenas estacionamentos. Nada de urbanidade significar civilidade ou solidariedade. De acordo com Freitag (2012),

> (...) as cidades brasileiras são, nos termos de Zuenir Ventura (2001), "cidades partidas". Uma metade segue o modelo americano em tudo, podendo ser considerada uma sociedade informacional. A outra metade mal saiu da escravidão introduzida no período colonial e que, uma vez abolida, deixou contingentes imensos da população sem teto, sem trabalho, sem educação, sem saúde, sem espaço legalizado nos grandes centros urbanos. (FREITAG, 2012, p. 133-134).

As cidades brasileiras "falam" de suas configurações relacionais, clarificando em seus arranjos e desarranjos o lugar de cada pessoa, de cada metade. Em São Luís, por exemplo, é fácil ver em seus caros restaurantes, localizados em ruas específicas, a cor da pele de quem serve e de quem é servido. Isso fere aos que a percebem como segregadora, implicando suas escolhas por lugares urbanos que não tragam esse peso.

A vida cotidiana urbana é atravessada pela relação percepto-afetiva que seus habitantes mantêm com a sua cidade (BOMFIM, 2008). É praticamente impossível dissociar o modo como pessoas percebem a sua cidade do modo como elas conduzem seu cotidiano. E essa condução determina muito de sua qualidade de vida, sua saúde. Por exemplo, uma cidade que apresenta graves problemas de segurança pública e limitações crônicas de transporte público coletivo interfere negativamente na mobilidade de seus habitantes, que podem vir a apresentar sinais de estresse diante de situações cotidianas, como ir para seu local de emprego e/ou trabalho. É a cidade contribuindo para o processo saúde-doença de seus habitantes.

A Associação de Psicologia Americana (APA) publicou em 2005 um relatório da Força Tarefa sobre Psicologia Urbana (FTPU) do seu Comitê sobre Iniciativas Urbanas (CIU), cujos objetivos são (APA, 2005):

a) Contribuir com um maior entendimento e melhoria dos problemas associados à vida urbana.
b) Promover e sustentar os aspectos da vida urbana que acentuem o crescimento, desenvolvimento e bem-estar individual e social.
c) Estimular pesquisa, treinamento e práticas relacionadas a iniciativas urbanas.

O CIU buscou, nos EUA, influenciar política pública, ação legislativa, pesquisa científica e práticas profissionais com a intenção de acentuar a qualidade de vida para residentes urbanos. Assim, o referido relatório da FTPU traz uma avaliação das questões urbanas críticas para a Psicologia, fornecendo uma agenda para ações em Psicologia Urbana para a população estadunidense. (APA, 2005)

A APA concebe a Psicologia Urbana como um sistema de trabalho que propõe que a mistura de pessoas e lugares, que adornam os cenários urbanos, afetam o funcionamento psicológico e o desenvolvimento desses cenários, em uma orientação ecológica e multidisciplinar - planejamento urbano, saúde pública, Antropologia, Sociologia, trabalho social, Geografia e Ciência Política – (APA, 2005). Desse modo, a Psicologia Urbana não é vista como mais uma área isolada, mas como um sistema de conhecimentos, inter-relacionados pela percepção de que fenômenos psicossociais podem ser decorrentes de modos e meios da vida urbana, para auxiliar psicólogxs a efetiva e colaborativamente trabalhar com questões relevantes para as pessoas que vivem em cidades, bem como para os gestores locais e nacionais (APA, 2005). Assim, a Psicologia Urbana pode oferecer conhecimentos sobre a interrelação entre a cidade e seus habitantes, e em como isso repercute no funcionamento psicológico. Faz sentido pensar questões urbanas atravessando questões psicológicas, e aparecendo em processos de desenvolvimento humano, relações de trabalho, desempenho escolar e/ou processos psicoterápicos, por exemplo.

A APA (2005) enfatiza que psicólogos que trabalham com questões urbanas não se vêem como "psicólogos urbanos", o que gera uma imagem de que a Psicologia não possui expertise para tratar dessas questões. Talvez isso explique a resistência de alguns gestores municipais em incorporar psicólogxs em equipes multiprofissionais para tratar de questões de trânsito e transporte urbano, por exemplo. É possível que, assumindo a existência e o desenvolvimento de uma Psicologia Urbana, a Psicologia pudesse argumentar melhor acerca de sua expertise em questões como:

a) Populações urbanas e relações intergrupais (diversidade étnico-cultural, aculturação e identidade étnica, envelhecimento nas cidades, questões de gênero).
b) Questões sociais urbanas (pobreza, violência, etc.).
c) Saúde urbana (doenças infecto-contagiosas, asma, diabetes, cardiopatias, hipertensão, envenenamento, doença mental, câncer, mortalidade infantil, abuso de substâncias, traumas causados por violência ou acidentes), cujos problemas são exarcebados em comunidades urbanas, especialmente as que convivem com nutrição pobre, moradia

inadequada e insegura, exposição à violência, poluição ambiental, falta de infraestrutura de serviço local, para dizer alguns.

d) Ambientes físicos urbanos (tamanho, densidade e configuração afetam experiências psicológicas e sociais), nos quais podem surgir, de forma disseminada, sofrimentos com estresse e processos atencionais, por exemplo.
e) Educação urbana, especialmente no que as escolas ficam limitadas.
f) Trabalho e emprego para residentes urbanos.

Essas questões, colocadas pela APA (2005), são referentes à realidade estadunidense, porém, não é difícil ver semelhanças com os problemas urbanos da população brasileira. Evidentemente, é necessário conhecer as cidades brasileiras (FREITAG, 2012) e suas especificidades em todas as dimensões – física, social, política, cultural, econômica, histórica. Fischer (1992 apud KUHNEN, 2009, p. 20) afirma mesmo que "todo espaço é uma imagem de nossa cultura", o que faz, de acordo com Kuhnen (2009), com que nossos cenários urbanos sejam expressões de nossos sentidos, de nossos significados, onde cada arranjo espacial mostra uma organização social.

Segundo Felippe (2009), o ser humano não é um mero receptor de estímulos, mas, sim, um agente dinâmico em seu ambiente, sobretudo o construído, que revela memórias, desejos, expectativas, rituais, ritmos e hábitos. A Psicologia brasileira precisa dar conta dessa vida urbana, no que ela atravessa pessoalidades e experiências.

## 2 POR UMA PSICOLOGIA URBANA BRASILEIRA

> *O meio urbano é necessariamente poético porque carrega a humanidade dentro de sua concepção. As pessoas, vivendo nas cidades, recriam essencialmente, sentidos e significados em que são plenamente si próprias sendo o outro. Este outro pode ser pensado como o que une os homens em sua trajetória comum, sua utopia do ser. (TASSARA; RABINOVICH, 2001, p. 216).*

As pessoas criam e recriam a si mesmas nas cidades. E a Psicologia brasileira dedica-se, em progressivo crescimento de sua produção, a estudar fenômenos psicossociais inter-relacionados a modos e meios de vida urbanos. A seguir, algumas conclusões possíveis acerca dessa produção a partir da nossa pesquisa (MONTEIRO, 2017), as quais podem sugerir que já temos uma Psicologia Urbana brasileira, mesmo considerando as limitações temporais de

execução de nosso trabalho investigativo para um alcance bibliográfico possivelmente mais amplo:

a) A escassez de trabalhos (somente 14 textos encontrados) em Psicologia Urbana encontrados na década de 1973 a 1983 (PEREIRA, 2017) se deve, também, ao fato de que esse momento histórico são os anos iniciais da Psicologia no Brasil, cuja produtividade acerca das questões psicossociais – como comunitárias e de mobilidade urbana - ainda estava sendo construída e sistematizada, somando ainda pouca produção.
b) A partir de meados da década de 1990 é que a produção em questões psicossociais da vida urbana começou a aparecer de forma mais explícita nos textos da Psicologia no Brasil, e as palavras urbana, urbano e cidade começam a se tornar comuns nas suas publicações.
c) Na década de 1995 a 2005, surgiram as seguintes categorias (MONIZ, 2017) das 46 publicações em Psicologia Urbana analisadas: “Perspectivas Socioculturais, Contextuais e Bioecológicas do Desenvolvimento Humano”; “Bases Psicanalíticas”; “Concepções teóricas da Psicologia Ambiental”; “Gestão Ambiental e Meio Ambiente”; “Pensamento Sociológico e Psicossocial”; “Epistemologia, Cognição e Comportamento Humano”; e “Perspectivas teóricas em Saúde”.
d) Na década de 2006 a 2016, surgiram as seguintes categorias (RODRIGUES, 2017) das 72 publicações em Psicologia Urbana analisadas: “Psicologias Urbana e Ambiental”, “Política, Fenômenos socioculturais e contexto urbano”; “Trabalho, Saúde, Fenômenos Sociais e Urbanos”; “Bioecologia do Desenvolvimento Humano”; “Psicometria Aplicada a Fenômenos Urbanos”; e “Bases Psicanalíticas”, formando assim, 6 (seis) categorias de análise”.
e) Percebe-se que a partir da década de 2000, as publicações voltam-se não só para questões socioambientais da vida urbana, mas conferem especial interesse às de ordem sociopolítica.

Como conclusão geral dessa pesquisa (MONTEIRO, 2017), podemos entender que a Psicologia Urbana vem, década após década, crescendo em número de publicações no Brasil, sem que isso signifique a necessidade da mesma tornar-se mais uma área da Psicologia, que hoje, e cada dia mais, é confrontada com demandas, sofrimentos e outros fenômenos, decorrentes de modos e meios da vida urbana. Por mais que (ainda) estejamos vivendo a era da medicalização e da psicologização do sofrimento psicológico, tratado

como algo da ordem do individual e que deve ser rapidamente eliminado com medicamentos e psicoterapia, torna-se, cada dia mais, impossível a profissionais de saúde não enxergar contextos adoecedores de uma sociedade desigual e excludente, que produz sofrimento e vazio existencial para todas/os.

Ironicamente, talvez sofrer e buscar alívio imediato – uma exigência da/na contemporaneidade – seja o ponto que iguala as pessoas em nossa sociedade. Ewald, Moura e Goulart (2012), a partir de uma pesquisa, no Serviço de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, para "compreender o contexto social das demandas por psicoterapia e como estas sofrem influência de tal contexto" (p. 119), concluem o seu interessante artigo afirmando a necessidade da prática clínica em Psicologia, tão neoliberal e tradicional em tantos momentos, ampliar o seu olhar:

> Assim, compreendendo a realidade existencial do homem como sendo também a forma como ele se relaciona com o contexto e com o mundo que o cerca, acreditamos ter conseguido reiterar aqui que a prática clínica necessita deixar de pertencer a uma experiência puramente do âmbito íntimo, passando a pertencer também a um âmbito histórico-político-social. (EWALD; MOURA; GOULART, 2012, p. 128).

As áreas de atuação da Psicologia deveriam, pelo menos, estar com seus dias contados enquanto olhar focado no indivíduo naquele contexto específico. Por exemplo, parece-me impossível que uma psicóloga escolar faça um bom trabalho considerando o sofrimento individual – como o famigerado fracasso escolar, que pesa nos inexperientes ombros de estudantes – como *experiência puramente do âmbito íntimo*, sem ampliar o seu olhar para o sistema educacional e a instituição escola enquanto palco de reprodução ideológica, que implicam em buscas existenciais que terminam (muitas vezes) em grandes vazios e modos relacionais verticalizados que silenciam sofrimentos e potenciais de crescimento. Parece interessante à elite[2] brasileira, especialmente àquela com domínio político-econômico, que as pessoas realmente acreditem que seu sofrimento psicológico é da ordem puramente íntima e individual, sem considerar como nossas cidades são *partidas*, nos termos de Zuenir Ventura (FREITAG, 2012), colocando pessoas de uma *sociedade informacional* com acesso ao dito progresso urbano "convivendo" (ou explorando) pessoas sem teto, sem educação, sem saúde, sem segurança, sem espaço. Como pensar que isso não gera sofrimento psicológico? Ou fracasso escolar, resgatando o exemplo acima?

[2] Em nosso texto, usaremos a palavra elite para designar qualquer pessoa que tenha acesso a bens e serviços por meio de negociações financeiras.

Recentemente, eu tive a rica experiência de orientar uma dissertação de mestrado que ilustra muito bem as implicações subjetivas dessas *cidades partidas*. Nas palavras de Morais (2017), cuja pesquisa objetivou "apontar como famílias desapropriadas e deslocadas compulsoriamente elaboram seus modos e meios de vida em seu espaço de reassentamento" (p. 110), pudemos refletir um pouco mais sobre essas implicações:

> Os deslocamentos compulsórios não são apenas mudanças econômicas, são de trato psicológico, cultural, afetivo e social, comparados então com redemoinhos, fazendo alusão à desorganização que se configura na vida destas pessoas após o deslocamento forçado. (MORAIS; MONTEIRO, 2019, p. 52).
> A sociedade tem deixado marcas em seu povo, marcas da exploração trabalhista, da humilhação social, do desamparo e do abandono moral. E é a partir disto que queremos continuar vendo as subjetividades humanas se formando? (MORAIS, MONTEIRO, 2019, p. 55-56).

Sawaia (2013) chama esse sofrer da classe trabalhadora de *sofrimento ético-político*, o que faz muito sentido para quem trabalha com Plantão Psicológico em prática de extensão universitária, como a presente autora (MONTEIRO, 2020), uma vez que escutamos, em um serviço gratuito e acessível[3], vivências cotidianas relacionadas a sofrimentos produzidos na dialética exclusão/inclusão de uma realidade de desigualdade social, injustiça social e exploração. Apesar desse *sofrimento ético-político* ser de meu grande interesse como psicóloga e, com certeza, uma categoria importante para a análise de fenômenos psicossociais da vida urbana, voltaremos ao objetivo desta parte do artigo, que é refletir sobre como é que se pode caracterizar esse sistema chamado Psicologia Urbana no Brasil.

A Psicologia brasileira tem historicamente (MONTEIRO, 2017; PEREIRA, 2017) dedicado esforços para compreender esses fenômenos do binômio indivíduo-sociedade, alvo de interesse especialmente da Psicologia Social (FERREIRA, 2010), atravessados pelo ambiente urbano. Assim, é possível afirmar que a Psicologia Social é uma área de conhecimento da Psicologia que se implica explicitamente com as questões urbanas[4], estabelecendo uma relação transdisciplinar com a que mais estuda cidades – a Psicologia Ambiental.

Nas palavras de Tassara e Rabinovich (2001), "Dentro da psicologia ambiental, estudam-se as formas de enraizamento no espaço e no tempo; quando no urbano, estas categorias se relacionam ao urbano" (p. 218). A cidade e seus habitantes, nessa perspectiva, exercem constante influência recíproca, ou seja, os contextos urbanos possibilitam e reagem

[3] Fazemos questão de pontuar "gratuito e acessível" por entender que podem haver serviços que exigem negociações financeiras e são, portanto, menos acessíveis à maioria da população.
[4] Rurais também, e com boa produção nos últimos anos, porém, obviamente, manteremos o foco nas urbanas.

às ações humanas. Cidades históricas, como São Luís-MA, podem gerar mais habitantes ligados à conservação de práticas sócio-culturais do que uma recém-construída, como Brasília-DF. Essa é uma hipótese plausível e que pode gerar estudos interessantes sobre a constituição subjetiva de habitantes de cidades com diferentes contextos históricos, políticos, econômicos e físicos.

Quando se estuda a interrelação entre a pessoa e sua cidade, se considera a multidimensionalidade do ambiente urbano, interfaceando com todas as áreas da Psicologia e afins. Não é possível compreender essa interrelação sem uma transdisciplinaridade e, por isso, não é difícil entender a necessária comunicação entre a Psicologia Ambiental e áreas como Geografia, Arquitetura e Antropologia, para citar algumas. Em função dessa transdisciplinaridade necessária, não é estranho que, pelo menos *a priori*, os estudos da Psicologia Ambiental sejam os que mais explicitamente contribuam para a perspectiva da Psicologia Urbana. Segundo Pinheiro (2003 apud KUHNEN, 2009), a Psicologia Ambiental tem produzido estudos sobre:

- Comportamento socioespacial humano – territorialidade, aglomeração, espaço pessoal, privacidade, ecologia de pequenos grupos, espaço e lugar, apropriação.
- Conhecimento ambiental – percepção e cognição, processos psicológicos, representação do entorno, significado ambiental.
- Ambientes específicos – naturais, cidades, escolas, creches, residências, locais de trabalho/lazer, hospitais, abrigos, prisões, behavior setting ou cenários comportamentais, paisagem, gerenciamento de recursos.
- Populações específicas – infância, velhice, deficientes, questões de gênero, usuários de ambientes.
- Adaptação humana às variáveis ambientais – estresse, sobrecarga e privação, ruído, iluminação, vibração, temperatura, poluição atmosférica, clima.
- Avaliação e planejamento ambiental – avaliação social de ambientes construídos e avaliação pós-ocupação (APO), avaliação de qualidade ambiental, qualidade de vida.
- Conduta ecológica responsável – atitudes, crenças, normas e valores, modificação de comportamento, educação ambiental.
- Percepção social de riscos e comportamento em situação de emergência e desastres.
- Gestão ambiental – empresa, administração pública.
- Teorias e abordagens – aspectos conceituais e metodológicos, relação com outras áreas.

Visivelmente, esses estudos fornecem alguns conceitos relevantes para práticas urbanas e pesquisas sobre pessoas e cidades, tornando a Psicologia Ambiental a área da Psicologia mais explicitamente relacionada à Psicologia Urbana. Entretanto, ao se conceber que todo e qualquer estudo da Psicologia que considere a cidade, em suas múltiplas dimensões como uma variável com forte influência sobre as pessoas, pode ser considerado como um esforço da Psicologia em direção ao entendimento e melhoria dos problemas associados à vida urbana, também se pode afirmar que outras áreas produzem na perspectiva da Psicologia Urbana, tais como: Psicologia do Trânsito, Psicologia Social, Psicologia Comunitária, Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia Clínica Social, Psicologia da Saúde e Psicologia das Emergências e Desastres.

## 3 À GUISA DE CONCLUSÃO

O presente texto propôs-se a refletir acerca da relação entre a Psicologia, como ciência e profissão, com as questões específicas da vida urbana. E podemos concluir que já temos, nesses 58 anos de regulamentação da profissão de psicóloga/o no Brasil, uma Psicologia Urbana implicada e com expertise para trabalhar com questões relacionadas à vida nas nossas cidades. Psicólogas/os podem e devem compor equipes multiprofissionais de planejamento e gestão de cidades, uma vez que, não há nada nas questões urbanas que não impliquem em questões humanas, ou, sendo ainda mais direta, psicológicas. Afinal, por exemplo, não é um carro que avança e colide com outro carro, e, sim, uma pessoa (com uma grande armadura de aço chamada carro) que, seja qual for a sua motivação, avança e colide com outra pessoa, pois, no fim das contas, o trânsito urbano é um espaço de interação interpessoal.

Enquanto um sistema de trabalho, a Psicologia Urbana, em uma orientação ecológica e multidisciplinar (APA, 2005), não é mais uma área de atuação, mas uma perspectiva de produção de conhecimento que considera fenômenos psicossociais de residentes de áreas urbanas como inter-relacionados a modos e meios da vida urbana. Conhecer como uma cidade pode ser um fator de prazer e/ou sofrimento para seus habitantes pode ser algo muito útil para ações de promoção de saúde e qualidade de vida. Assim, seguem sendo interessante, para a Psicologia e para a sociedade, pesquisas e ações sobre: modos e meios de vida urbana, implicações psicossociais da vida urbana, sofrimento psicossocial, mobilidade urbana, trânsito e transporte, implicações da vida urbana para o desenvolvimento humano, questões socioambientais, saúde comunitária, saúde pública, segurança pública, lazer, etc.

Concluindo, é possível, e quiçá necessário, afirmar que a Psicologia não precisa de mais uma área de atuação, e sim de uma ampliação de olhar sobre a vida e suas implicações subjetivas. É preciso fazer o que a Psicologia Social Crítica vem recomendando faz tempo: contextualizar o fenômeno psicológico, chamando-o de psicossocial, talvez até, considerando tanto conhecimento já produzido, "psicossocioambiental". Somos seres sociais, relacionais. Somos individuais e coletivos na mesma proporção. Então, quando na cidade, o que precisamos mesmo é de uma Psicologia que considere a vida urbana em seu olhar e cuidado.

## PSYCHOLOGY AND URBAN LIFE IN BRAZIL

**ABSTRACT:** This article discusses the production of knowledge of Brazilian Psychology about urban life. Knowing how a city can be a factor of pleasure and / or suffering for its inhabitants can be something very useful for actions of health promotion and quality of life, on, for example: urban ways and means of life, psychosocial implications of urban life, psychosocial suffering, urban mobility, traffic and transportation, implications of urban life for human development, socio-environmental issues, and community health. It is possible to conclude that we have, in these 58 years of regulation of the profession of psychologist in Brazil, a Psychology implied ethically-politically and with expertise to work with issues related to life in our cities. Psychologists can and should compose multiprofessional teams for city planning and management, since there is nothing in urban issues that does not involve human issues or, even more directly, psychological ones.

**Keywords:** Urban Psychology. Urban life. City.

## REFERÊNCIAS

APA (AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION) - TASK FORCE ON URBAN PSYCHOLOGY. **Toward an urban psychology: Research, action, and policy**. Washington: American Psychological Association, 2005.

BLASS, T.. The Urban Psychology of Stanley Milgram. **Journal of Social Distress and the Homeless**, 2005, v. 14, p. 12-22.

BOMFIM, Z. Á. C. Afetividade e Ambiente Urbano: uma proposta metodológica pelos mapas afetivos. In: PINHEIRO, José Queiroz; GÜNTHER, Hartmut (Org.). **Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa-Ambiente.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

BROFENBRENNER, U.. **Bioecologia do desenvolvimento humano**: tornando os seres humanos mais humanos. Tradução de André de Carvalho-Barreto. Revisão técnica de Sílvia Helena Köller. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CAMPOS-DE-CARVALHO, M. I.; CAVALCANTE, S.; NÓBREGA, L. M. A.. Ambiente. In CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (Org.). **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011. (Capítulo 2)

EWALD, A. P.; MOURA, M. T. de C.; GOULART, S. M. da S. Contemporaneidade e sofrimento psíquico: relações entre modos de vida e demandas psicoterapêuticas. **Psicologia Argumento**, v. 30, v. 68, p. 119-129, jan/mar 2012.

FELIPPE, M. L.. Ambiente pessoal: o papel da personalização na construção de espaços saudáveis. In KUHNEN, A.; CRUZ, R. M.; TAKASE, E. (Org). **Interações: Pessoa-ambiente e saúde**. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2009.

FERREIRA, M. C.. A Psicologia Social Contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 2010, v. 26, Número Especial, p. 51-64.

FREITAG, B.. **Teorias da Cidade**. 4ª edição. Campinas: Papirus, 2012.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Síntese de indicadores sociais – uma análise das condições de vida da população brasileira. **Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Sócioeconômica Número 34**, 2014. Disponível em <ftp://ftp.**ibge**.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese...2**014/**SIS_2**014**.pdf>. Acesso em 19 de junho de 2015.

KUHNEN, A.. Interações humano-ambientais e comportamentais socioespaciais. In: KUHNEN, A.; CRUZ, R. M.; TAKASE, E. (Org). **Interações: Pessoa-ambiente e saúde**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

LEITÃO, L.. A cidade de Simmel, a cidade dos homens. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 13, n. 26, p. 461-471, jul./dez. 2011.

MEDEIROS, V.. **Urbis Brasilae**: o labirinto das cidades brasileiras. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

MONIZ, J. D. da **Mapeamento da produção científica em Psicologia Urbana no Brasil: de 1995 a 2005**. 2015. 50 f. Relatório Final de Plano de Trabalho (Programa de Bolsa de Iniciciação Científica) - Universidade Federal do Maranhão, 2015.

MORAIS, T. J. **Grandes empreendimentos e comunidades tradicionais**: implicações subjetivas em famílias deslocadas compulsoriamente. 2017. 122 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís. 2017.

MORAIS, T. J.; MONTEIRO, C. A. S. Deslocamentos compulsórios e construção da subjetividade: análise a partir de projetos de desenvolvimento. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 10, n. 2, p. 51-57, 2019.

MONTEIRO, C. A. S.; CRUZ, M. R.; CARVALHO, E. B. Envelhecimento em Trânsito. In: Falcão, D. V. da S.; Dias, C. M. de B. (org). **Maturidade e Velhice: pesquisas e intervenções psicológicas.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006, vol. II, capítulo XV.

MONTEIRO, C. A. S. **Mapeamento da produção científica em Psicologia Urbana no Brasil**. 2017. 166 f. Relatório Final de Pesquisa (Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís. 2017.

MONTEIRO, C. A. S.; BEZERRA, E. do N. Implantação e implementação de um Serviço de Plantão Psicológico Centrado na Pessoa. **Revista Saúde & Ciência OnLine**, UFCG, v. 9, n. 1, p. 58-77, jan.-abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Mais de 70% da população mundial viverá em cidades até 2050**. 2013. Disponível em <http://www.onu.org.br/onu-mais-de-70-da-populacao-mundial-vivera-em-cidades-ate-2050/>. Acesso em 11 de abril de 2014.

PEREIRA, K. A. **Mapeamento da produção científica em Psicologia Urbana no Brasil: de 1973 a 1983**. 2015. 41 f. Relatório Final de Plano de Trabalho (Programa de Bolsa de Iniciciação Científica) - Universidade Federal do Maranhão, 2015.

RIO, J. do. **A alma encantadora das ruas**: crônicas. Organização de Raúl Antelo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. (Copyright: 1997)

RODRIGUES, A. B. B. **Mapeamento da produção científica em Psicologia Urbana no Brasil: de 2006 a 2016.** 2015. 65 f. Relatório Final de Plano de Trabalho (Programa de Bolsa de Iniciciação Científica) - Universidade Federal do Maranhão, 2015.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-política como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. B. (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 13ª edição. Petrópolis: Vozes, 2013. (Copyright: 1999)

SIMMEL, G.. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. (Org.). **O fenômeno urbano**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

TASSARA, E. T. de O.; RABINOVICH, E. P. A invenção do urbano e o poético: uma cartografia afetiva – Estudo sobre o bairro paulistano da Barra Funda. In: TASSARA, E. T. de O. (Org.). **Panoramas interdisciplinares para uma Psicologia Ambiental do Urbano.** São Paulo: EDUC; FAPESP, 2001.